

OEA cobra direitos humanos

Governo tem 90 dias para explicar o que fez em relação a violações e a 14 mortes em favela

João Carlos Leal

O Governo brasileiro tem 90 dias para explicar à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) o que fez em relação às violações dos direitos humanos e a 14 mortes ocorridas em maio do ano passado durante uma incursão policial na Favela Nova Brasília. Atendendo a uma petição da Human Rights Watch/Americas — uma ONG de origem americana que fiscaliza violações dos direitos humanos em mais de cem países — a OEA abriu um processo contra o Governo brasileiro que poderá sofrer até sanções se não responder ao pedido de explicações dentro do prazo. A OEA se apóia num relatório divulgado ontem no Rio pela HRW/Américas afirmando que os policiais no Rio podem matar, torturar e violar os mais elementares direitos humanos sem sofrer qualquer tipo de punição.

O relatório, distribuído ontem à tarde na sede regional da Ordem dos Advogados do Brasil, abrange os casos de violações registrados durante o período em que a cidade teve o seu policiamento reforçado e subordinado ao Exército, na Operação Rio. Em todos os casos, acompanhados de perto por cerca de 15 pesquisadores da HRW/Américas, os inquéritos abertos não renderam qualquer punição. O único caso de punição registrado pela ONG foi o da morte do assaltante Cristiano Moura Mesquita de Melo, na frente do shopping Rio-Sul. E mesmo assim — destaca o relatório — porque a cena de violência policial explícita foi gravada por uma equipe de televisão e repercutiu em todo o mundo, o que criou uma forte pressão e obrigou a Polícia Militar do Rio a agir com rigor contra os policiais envolvidos.

O relatório da HRW/Américas é uma sucessão interminável de violações. Ao todo, 28 assassinatos — sendo que 27 deles foram produzidos em apenas duas intervenções policiais, em outubro de 1994 e maio de 1995, ambas na Favela Nova Brasília —, 12 casos de tortura e espancamentos, 500 detenções arbitrárias, centenas de buscas ilegais e inúmeras revistas desnecessárias e violentas. Segundo James Louis Cavallaro, diretor do escritório da HRW/Américas no Brasil, a maioria das torturas e violações dos direitos humanos e civis foi realizada pelas tropas do Exército. Os casos com mortes, contudo, ficaram concentrados nas mãos dos policiais militares.

— Até o ano passado, o Governo do Rio sequer se preocupava em manter uma estatísticas confiável das mortes produzidas durante as ações policiais. E mesmo hoje elas existem mas são inteiramente viciadas — afirma James Cavallaro.

Segundo as estatísticas produzidas pela Secretaria de Segurança a partir do ano passado e remetidas para a HRW/Américas, foram mortas no Rio em confrontos diversos com a polícia 191 pessoas, no período de janeiro a setembro de 1995. Mas todas elas foram consideradas, para efeito de estatísticas e de abertura de inquéritos, como “meliantes”.

— Não dá para entender esses números. O que se conclui aqui é que se o policial matou é porque o seu alvo era um bandido. Agora, como a bala de um policial pode saber sempre, no meio de um tiroteio, quem é um criminoso e quem é um homem de bem, não se sabe — ironiza o dirigente da ONG.

A HRW/Américas ainda insistiu e tentou conseguir com a Secretaria de Segurança mais detalhes. No começo deste mês foi encaminhado um ofício à Secretaria solicitando explicações sobre as estatísticas policiais. A organização pediu que a Secretaria



O ASSALTANTE Cristiano Moura Mesquita de Melo é dominado em frente ao shopping, onde foi morto minutos depois, no dia 3 de março do ano passado

ria detalhasse as informações que produziu e listasse as pessoas que tinham realmente passado policial e estivessem comprovadamente envolvidos em atividade criminosa no momento em que foram mortos. Não houve qualquer resposta da Secretaria.

O relatório da HRW/Américas traz apenas uma estatística, na sua introdução, que mostra o crescimento da violência na cidade. O índice de homicídio no Rio, por esses dados, teria saltado de 2.860 casos em 1980 para 8.408 casos em 1994. A ONG, no entanto, prefere não se fixar em números e evitar produzir rankings listando as cidades — ou países — mais violentos do mundo.

— Não nos interessa esse tipo de compração. Números não dizem nada. O que queremos é flagrar casos

de violação dos direitos humanos. O que se deve buscar não é melhorar em relação a uma estatística anterior, mas fazer cumprir as convenções e pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário — explica James Cavallaro.

No trabalho divulgado ontem, portanto, a HRW/Américas prefere fazer um grande painel de casos de violação desses direitos. Como o de mo-

radores de áreas sob intervenção policial-militar que contaram aos pesquisadores da ONG que ficaram detidos por oito horas apenas porque soldados encontraram em sua casa uma cápsula de bala já disparada, que havia sido guardada como recordação. Ou a prisão de Ubiraci de Oliveira, o mestre Bira, presidente de uma associação de moradores na Mangueira, que foi preso juntamente com o vice-presidente da associação apenas por haverem descoberto num barraco que pertencia à associação uma quantia alta de dinheiro. Depois de os dois terem sido detidos e levados à Polinter, os militares exibiram um mandado de prisão temporária expedido depois da prisão. Ambos permaneceram presos por trinta dias, sem que nenhuma acusação fosse formalizada contra eles.

Uma ONG na luta pelos direitos humanos

Para manter independência, organização recusa ajuda de governos

• A Human Rights Watch é uma organização não-governamental (ONG) mantida com contribuições de pessoas físicas e fundações em todo o mundo. Ela foi fundada em 1978 para fiscalizar e promover o cumprimento das normas internacionais de direitos humanos na África, nas Américas, na Ásia, no Oriente Médio e nos países signatários dos acordos de Helsinque. Para manter a sua independência, a ONG não aceita financiamento

direto ou indireto de qualquer governo. O seu staff inclui Kenneth Roth, diretor-executivo; Cynthia Brown, diretora de programas; Holly Burkhalter, diretora de relações públicas; Robert Kimzey, diretor de publicações; Jeri Laber, consultora especial; Gara LaMarche, diretora-adjunta; Lotte Leicht, diretora do escritório de Bruxelas e Juan Méndez, conselheiro-geral. A divisão das Américas foi fundada em 1981.